



Desafios para um Modelo Pedagógico de Suporte a Estudantes Neurodivergentes na Graduação em Saúde

*Otávio Cruz Sampaio Neto¹;
Maria da Conceição Saraiva da Silva²*

Resumo: A crescente valorização da neurodiversidade no ensino superior tem impulsionado transformações significativas nos modelos educacionais, especialmente em cursos da área da saúde, onde a formação exige alta carga teórica, prática e emocional. A neurodiversidade reconhece que diferenças cognitivas são variações naturais do cérebro humano, e não deficiências. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, dislexia, entre outras condições neurodivergentes, enfrentam barreiras que vão desde a estrutura curricular rígida até a falta de compreensão institucional sobre suas necessidades específicas. O presente artigo discute, quais as características de um modelo pedagógico que tenha condições de promover inclusão, equidade e autonomia para estudantes neurodivergentes na graduação em saúde. Os resultados demonstraram que, pensar um modelo pedagógico inclusivo, não representa somente uma demanda ética e responsiva socialmente, mas envolve o pensar sobre uma necessidade estratégica, de forma a que se possa garantir que, todos os estudantes possuam as adequações para as condições equitativas de aprender e contribuir com a sociedade.

Palavras-chave: Neurodiversidade. Ensino superior. Graduação em saúde.

¹ Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Faculdade de Medicina do ABC. Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Centro Universitário de Patos. Pós-Graduação: Aperfeiçoamento em Cuidados Paliativos; Plantonista do Pronto Socorro Adulto - Hospital São Vicente de Paulo - Juazeiro do Norte - CE. Preceptor das disciplinas de urgência e emergência e cuidados paliativos – Universidade Federal do Cariri. Graduado em Medicina pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. sampaio.otavio1@gmail.com;

² Médica formada pela Universidade Nilton Lins. Possui graduação em Administração pela Universidade Nilton Lins e graduação em Odontologia pela Faculdade do Amazonas - Centro Educacional Christus do Amazonas. Pós-Graduada em Medicina do Trabalho e Especialista em Implante pela Universidade Paulista. Especialista em Ortodontia pela Faculdade do Amazonas - Centro Educacional Christus do Amazonas e Especialista em Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Challenges for a Pedagogical Model to Support Neurodivergent Students in Health Sciences Undergraduate Programs

Abstract: The growing appreciation of neurodiversity in higher education has driven significant transformations in educational models, especially in health science courses, where training demands a high theoretical, practical, and emotional load. Neurodiversity recognizes that cognitive differences are natural variations of the human brain, not disabilities. Students with Autism Spectrum Disorder (ASD), ADHD, dyslexia, and other neurodivergent conditions face barriers ranging from rigid curricular structures to a lack of institutional understanding of their specific needs. This article discusses the characteristics of a pedagogical model capable of promoting inclusion, equity, and autonomy for neurodivergent students in undergraduate health programs. The results demonstrated that designing an inclusive pedagogical model represents not only an ethical and socially responsive demand but also involves considering a strategic need to ensure that all students have the necessary resources for equitable learning and contribution to society.

Keywords: Neurodiversity. Higher education. Undergraduate health programs.

Introdução

A inclusão de estudantes neurodivergentes no ensino superior, ainda representa um grande desafio, que segue urgente e necessário, especialmente em cursos da área da saúde, que exigem competências cognitivas, emocionais e práticas intensas. A neurodiversidade, situação que abrange condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, dentre outras (Beni et al., 2023), tendem a demandarem por abordagens pedagógicas e tecnológicas que respeitem as singularidades de cada estudante.

Segundo Beni et al. (2023), a inclusão efetiva de estudantes neurodivergentes, requerem não apenas adaptações curriculares, mas também uma mudança institucional profunda, que envolva, além de uma sólida formação docente, políticas de acolhimento e uso estratégico de tecnologias assistivas.

Ante o exposto, nos indagamos: quais as características de um modelo pedagógico que tenha condições de promover inclusão, equidade e autonomia para estudantes neurodivergentes na graduação em saúde?

Neste sentido, o objetivo principal do presente estudo foi analisar quais as características de um modelo pedagógico, que tenha condições de promover inclusão, equidade e autonomia para estudantes neurodivergentes, na graduação em saúde.

Neste sentido, inicialmente discutir-se-á, o que este estudo concebe por neurodiversidade e educação inclusiva, à luz da literatura apropriada.

Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica integrativa de 8 estudos, a saber: Albuquerque (2023); Beni, et al. (2023); Mourão, et al. (2023); Ribeiro (2022); Ribeiro (2025); Singer, (1999); Souza; Sebastiany; Sanfelice (2022); e Tomelin, et al. (2018). Foram selecionadas publicações que abordaram neurodiversidade, tecnologias assistivas, práticas pedagógicas inclusivas e políticas institucionais de apoio ao ensino superior.

Fundamentação Teórica

A neurodiversidade propõe que as variações neurológicas são parte natural da diversidade humana, e não patologias a serem corrigidas (Singer, 1999). Essa perspectiva desafia modelos educacionais tradicionais, que frequentemente marginalizam estudantes com perfis cognitivos atípicos.

Tais pessoas, precisam ser aceitas e incluídas no ensino regular, através de mecanismos pedagógicos apropriados e eficientes. Ribeiro (2022), destaca que práticas pedagógicas inclusivas devem ser centradas na flexibilização, na escuta ativa e na valorização das potencialidades dos estudantes, e não apenas na compensação de suas dificuldades.

O termo *neurodiversidade* foi concebido em 1999, por uma socióloga australiana Judy Singer, por ocasião de sua pesquisa sobre as experiências de pessoas em situação neurológica diferente, a saber: o autismo e a síndrome de Asperger. Singer sugeriu uma mudança metodológica que envolvia, não apenas o tratamento das condições patológicas, uma compreensão maior das suas variações naturais em termos cognitivos e de percepção humana. Acreditou tais diferenças tão legítimas quanto qualquer outra, quer biológica ou cultural.

Para Singer, a neurodiversidade demonstrava ser uma nova categoria de dissemelhança humana, comparável às diferenças quer sejam de raça, gênero ou orientação sexual. Tal Essa percepção desafiou as concepções médicas tradicionais, que tende a entender como patológico o funcionamento neurológico atípico. Além disso, propunha uma abordagem mais inclusiva e respeitosa, baseada numa aceitação incondicional da diversidade cerebral.

O movimento da neurodiversidade surge como uma resposta crítica à marginalização de pessoas neurodivergentes, especialmente aquelas com autismo de alto funcionamento. Singer argumentava que essas pessoas não precisariam ser vistas como doentes. Eram indivíduos com suas identidades próprias, que merecem, pois, todo nosso reconhecimento e respeito. Ela também destacou o papel das novas tecnologias como a internet e, dos movimentos sociais, na concepção dessa nova identidade coletiva. Algo que permitisse às pessoas neurodivergentes, o compartilhar de experiências, maior convivência e, por conseguinte, a reivindicação de seus direitos.

Essa concepção teve implicações profundas para o trabalho, para a educação, além de implicar em políticas públicas mais alinhadas com as necessidades das pessoas neurodivergentes. Exigiu que instituições fossem adaptadas às diferentes formas de pensar, aprender e interagir com o mundo.

Um modelo pedagógico inclusivo, precisa levar em conta aspectos como: um Currículo mais flexível, no sentido de formatos de avaliação e prazos melhores definidos; a utilização de metodologias ativas, tal como a aprendizagem baseada em problemas (ABP), que tende a favorecer diferentes estilos cognitivos; a própria formação docente, com temas que envolvam a neurodiversidade e a inclusão, bem como a criação e utilização de protocolos institucionais capazes de identificar e apoiar estudantes neurodivergentes; Outro aspecto seria a vivência em ambientes mais acolhedores para esse público, tais como espaços físicos com controle algum sensorial (iluminação, ruído, temperatura) e, ambientes virtuais que contenham acessibilidade digital e linguagem clara.

Essas práticas são corroboradas por Albuquerque (2023), que identificou, em estudo com estudantes neurodivergentes da Universidade Federal de Pernambuco, que a ausência de suporte institucional contribuiu para evasão e sofrimento psíquico.

Hoje as novas tecnologias já possuem uma série de modelos de apoio a inclusão de pessoas neurodivergentes, tais como softwares de leitura de tela (NVDA, JAWS), diversos

aplicativos que ajudam na organização e foco (Forest, Trello, Notion), bem como outras ferramentas de comunicação alternativa para estudantes com TEA.

Os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e a própria inteligência artificial (IA), também agregaram uma série de inovações capazes de servirem para tal propósito. Observe-se as plataformas com design responsivo e com uma navegação bem mais intuitiva, além de vídeos com legenda, podcasts e mapas mentais. No caso da Inteligência artificial, observam-se sistemas adaptativos, que ajustam o ritmo e o formato do conteúdo, em conformidade com as necessidades dos usuários, também os novos chatbots para suporte acadêmico e emocional.

Monteiro e Silva (2025) destacam que os AVAs, quando bem estruturados, oferecem acessibilidade e personalização de conteúdos, contribuindo para a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais. A tutoria digital pode ser integrada a esses ambientes, oferecendo suporte emocional e acadêmico contínuo, o que é essencial para estudantes neurodivergentes em cursos exigentes como medicina e psicologia.

Neste sentido, Beni et al. (2023) sugerem que o uso de tecnologias digitais pode ser um catalisador da inclusão, desde que alinhado a práticas pedagógicas sensíveis e contextualizadas.

Em termos de aplicações na Graduação em Saúde, cursos como medicina, enfermagem e psicologia, são os que exigem maiores habilidades interpessoais, práticas clínicas e raciocínio crítico. No caso dos estudantes neurodivergentes, tais práticas podem vir a representar algum desafio adicional. Para isso, há propostas de estratégias que incluem um feedback adaptado, através de simuladores virtuais; protocolos de acolhimento psicológico integrados ao currículo, bem como uma tutoria digital com mentores capacitados em neurodiversidade. Ações como essas, tendem a promover, não somente a permanência, mas também uma maior motivação acadêmica e profissional desses estudantes.

Portanto, a implementação de um modelo pedagógico mais inclusivo é urgente. E funciona como um compromisso ético e estratégico das instituições de ensino superior, para com a sociedade. A neurodiversidade, neste sentido, deve ser reconhecida como um valor, e não como um obstáculo. Como afirmam Ribeiro (2022) e Albuquerque (2023), a inclusão verdadeira só ocorrerá quando houver maior acolhimento a essa parcela estudantil, através de uma escuta ativa, de uma adaptação que facilite a sua integração e, o devido respeito às suas singularidades cognitivas.

Neurodiversidade e Educação Inclusiva

Pensar a inclusão de estudantes neurodivergentes no ensino superior, por si só já é a materialidade de um avanço importante rumo à equidade educacional. Quando se trata da graduação em saúde, essa demanda mostra-se bem mais urgente, diante da grande complexidade dos conteúdos e da carga horária bem maior, além dos desafios emocionais envolvidos neste tipo de formação acadêmica e profissional. Segundo Beni et al. (2023), uma inclusão efetiva de estudantes neurodivergentes, exige transformações e comprometimento institucionais e, não somente algumas adaptações pedagógicas. A neurodiversidade tende a patologizar diferenças cognitivas. Em vez disso, propõe que essas variações sejam compreendidas como formas legítimas de funcionamento cerebral.

A neurodiversidade, é hoje concebida como reconhecedora das variações neurológicas, como situação que é parte natural da diversidade humana, e que em época anterior, estaria de fora de um estudo regular.

A inclusão educacional é algo já preconizado pelas políticas públicas brasileiras, mais ainda quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Mas essa situação, por si só, não parece ser suficiente. Torna-se necessário uma distinção entre a inclusão formal, isso é, que se adequa ao cumprimento legal e administrativo e, a inclusão efetiva, esta envolveria as ações efetivas, bem como as práticas pedagógicas e atitudes institucionais, garantidoras de uma plena participação dos estudantes com alguma deficiência ou considerados neurodivergentes.

Para uma maior compreensão de tais terminologias, observemos as possíveis diferenças entre a inclusão formal e a inclusão efetiva.

A Inclusão Formal parece ocorrer quando do cumprimento dos requisitos legais, associados aos dispositivos constitucionais como, a garantia da matrícula a tais estudantes, promoção da acessibilidade física e disponibilização de recursos básicos. A inclusão formal é evidenciada por uma ação alinhada com as normativas, centrada na conformidade com as leis e diretrizes. Não deixa de ser um passo importante, essa forma de inclusão. Porém nem sempre é garantidora de que o estudante esteja efetivamente integrado ao processo de aprendizagem.

Segundo Souza et al. (2022), muitas parecem ser as instituições que se apresentam em conformidade com a legislação, mas enfrentam dificuldades em promover práticas inclusivas que considerem as barreiras atitudinais e pedagógicas que persistem no cotidiano acadêmico.

A Inclusão Efetiva, é algo que está além da presença física do estudante. Tomelin et al. (2018) destacam que a inclusão efetiva exige ações institucionais contínuas, como núcleos de apoio ao discente e docente, estratégias de acolhimento e acompanhamento personalizado. É uma abordagem que valoriza a participação ativa, o pertencimento e o sucesso acadêmico dos estudantes. Neste sentido, implicaria em uma verdadeira adaptação curricular e metodológica; uma formação docente voltada à diversidade; implica na criação de ambientes acolhedores e acessíveis e, no reconhecimento das singularidades cognitivas e emocionais dos estudantes.

Considerações finais

No ambiente educacional, estudantes neurodivergentes, frequentemente, enfrentam barreiras que vão além das limitações físicas ou estruturais. Essas barreiras incluem metodologias de ensino inflexíveis, falta de formação docente específica e ausência de recursos adaptativos. Como destaca Ribeiro (2025), a aprendizagem desses estudantes exige práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades cognitivas, emocionais e sensoriais, promovendo um ambiente acolhedor e responsivo.

A neurodivergência pode impactar a atenção sustentada, a memória de trabalho, a organização do pensamento e a regulação emocional — habilidades essenciais para o desempenho acadêmico. Mourão et al. (2023) apontam que, sem o suporte adequado, esses estudantes podem apresentar dificuldades de permanência, baixa autoestima e desmotivação, mesmo quando possuem alto potencial intelectual.

Além disso, o desconhecimento sobre neurodivergência por parte dos educadores contribui para a perpetuação de práticas excludentes. A formação docente voltada à neurociência e à educação inclusiva é fundamental para que os professores possam identificar manifestações neurodivergentes e adaptar suas estratégias de ensino. Como reforça Ribeiro (2025), a inclusão efetiva depende de ações integradas que envolvam adaptações curriculares, suporte multidisciplinar e engajamento institucional.

Portanto, compreender o impacto da neurodivergência no processo de aprendizagem é essencial para construir ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos, que valorizem a diversidade neurológica como um recurso e não como um obstáculo.

Dessa forma, pensar um modelo pedagógico inclusivo, não representa somente uma demanda ética e responsiva socialmente, mas envolve o pensar sobre uma necessidade

estratégica, de forma a que se possa garantir que, todos os estudantes possuam as adequações para as condições equitativas de aprender e contribuir com a sociedade. A graduação em saúde, por sua própria natureza acadêmica, instrutiva e humanística, precisa se apresentar como pioneira na promoção de ambientes que sejam efetivamente mais inclusivos.

Referências

ALBUQUERQUE, Etelvino Pablo Rojas. **Desafios de acesso e permanência de estudantes neurodivergentes no ensino superior em uma universidade pública**. UFPE, 2023. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/64768>

BENI, Priscila Ferreira et al. Neurodiversidade e os traços neurodivergentes não evidentes: guias de boas práticas institucionais e um modelo para inclusão no ensino superior e no ambiente de trabalho. *SciELO Preprints*, 2023. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/12091>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20/09/2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Casa Civil, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20/09/2025.

MOURÃO, Maria Aparecida Esmeraldo Martins et al. Neurodivergentes em sala de aula e os desafios para os educadores no ensino fundamental II. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 2023. **Anais** [...]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID25366_TB9093_03102023232412.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

RIBEIRO, Eber Berbert. Educação inclusiva e neurodivergência: desafios e perspectivas para a prática pedagógica. **International Integralize Scientific**, 2022. <https://iiscientific.com/artigos/25dceb/>

RIBEIRO, Eber Berbert. Educação inclusiva e neurodivergência: desafios e perspectivas para a prática pedagógica. **International Integralize Scientific**, v. 5, n. 48, jun. 2025. Disponível em: <https://iiscientific.com/artigos/25dceb/>. Acesso em: 15 set. 2025.

SINGER, Judy. **Why can't you be normal for once in your life?** From a “problem with no name” to the emergence of a new category of difference. In: Disability Discourse, 1999.

SOUZA, Francieli Machado; SEBASTIANY, Eduardo Gabriel; SANFELICE, Gustavo Roesse. Revisão sistemática sobre a inclusão no ensino superior de alunos com deficiência. **Revista**

Educação e Fronteiras, Dourados, v. 16, n. 2, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18996/2/RevisaoSistematicaInclusoEnsinoSuperior.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

TOMELIN, Karina Nones et al. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 11–20, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862018000100011. Acesso em: 15 set. 2025.

●

Recebido: 20/10/2025; Aceito 28/10/2025; Publicado em: 31/10/2025.